

## Alteridade e opressão<sup>1</sup>

Decio Tenenbaum<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Publicado na Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, vol. 19: nº2, 2017.

<sup>2</sup> Médico psicanalista, membro efetivo com funções didáticas da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, chefe do setor de Dermatologia Psicossomática do Instituto de Dermatologia Prof. Rubem David Azulay do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

## Resumo

O autor apresenta alguns pontos relevantes de sua pesquisa, em andamento, sobre o funcionamento mental que engendra a opressão interior e que tocam o tema da alteridade.

Essa pesquisa faz parte da investigação sobre fenômenos psicodinâmicos iniciada há vários anos, publicada em 1999 e ampliada em 2010 (Tenenbaum, 1999; 2010). Na etapa atual, a pesquisa está voltada para a sobreposição do ego pelo superego, base psicodinâmica das afecções obsessivas e depressivas.

As afecções obsessivas e depressivas, por si só, justificam uma pesquisa, mas a relevância da pesquisa sobre a sobreposição do ego pelo superego se deve ao fato de que a articulação entre o espaço social e a vida mental individual, a transmissão dos caracteres adquiridos, se dá por meio do superego; ao sobrepor o ego se instala a opressão interior.

A transmissão dos caracteres adquiridos, a herança cultural, é de interesse para Antropologia, Sociologia, Psicanálise e Educação.

## Palavras chave

Alteridade, opressão, superego.

## Alteridade e opressão

### 1- Introdução

A noção de alteridade define a natureza ou a condição do que é outro, do diferente (Lalande, 1993). Ela adquiriu tal importância na cultura contemporânea que a busca da afirmação das nossas diferenças ultrapassou a busca por nossas semelhanças, um dos pilares do pensamento humanista.

Oprimir é sobrecarregar; comprimir; afligir; tiranizar; violentar, coagir; humilhar; impor obrigação a; importunar; causar opressão (Ferreira, 1986). Agoniar, atormentar, martirizar, afrontar, abater, aviltar, coibir, controlar, dominar, assim como esmagar e subjugar, são formas de opressão (Instituto Houaiss, 2003). Basicamente, são dois os tipos de opressão: a social, oriunda de ações políticas, econômicas, religiosas e do convívio social, e aquela que pertence à vida interior. O antídoto para ambas é o mesmo: a autonomia, embora a palavra comumente empregada seja liberdade.

Há certo consenso sociológico e psicanalítico de que o processo civilizatório corresponde à troca da liberdade individual pela segurança social. Nesse sentido, a sensação, o sentimento e a experiência de opressão seriam frutos diretos e inevitáveis do processo civilizatório. Se, por um lado, isso poderia explicar as diferentes formas e intensidades de opressão social em sociedades organizadas hierarquicamente (Dumont, 2008), esta concepção não é suficiente para explicar a opressão interior, que se caracteriza por ser um estado mental e uma condição existencial das mais comuns e que não está necessariamente associada às condições objetivas da vida.

No plano individual, e parecendo confirmar a concepção de que o processo civilizatório corresponde à troca da liberdade individual pela segurança social, também os interiormente oprimidos anseiam por liberdade e, na maior parte das vezes, correlacionam opressão e alteridade, atribuindo a origem da própria opressão interior a algum agente estranho ao próprio eu.

Em contraposição a esta concepção, evidências antropológicas e etológicas apontam para a possibilidade de a espécie humana ter sido uma espécie social desde o início, com regras de convivência baseadas em hierarquia e funções, como as demais espécies sociais. Em todas as espécies com algum tipo de organização social, o espaço para a autonomia está diretamente relacionado com o tipo de coesão social e de desenvolvimento do sistema nervoso central; e a segurança advém da própria

organização social. Liberdade é uma noção ideal, pois a vida, regida como ela é por códigos genéticos e culturais e condições orgânicas, não contempla essa condição, principalmente nas espécies sociais. O sentimento de opressão, interior e exterior, é fruto direto da relação entre autonomia e heteronomia.

Não somos a única espécie social que guerreia entre si na busca de território, fêmeas, alimento e mão de obra, mas nem todas as nossas etnias funcionaram dessa forma. As etnias de funcionamento predador têm se sobreposto às demais. Somos a única espécie social que não apresenta inibição para a expressão completa da agressividade interespecífica (Lorenz, 1973; Storr, 1976) e também a única que deu origem a uma natureza própria e mais plástica, que chamamos cultura. Essas duas circunstâncias intervêm e modelam as formas de convivência da espécie.

Se estas evidências estão corretas, Durkheim (1970) estava certo em afirmar que somos seres de natureza dupla: a primeira, biológica, é regida e transmitida por um código bioquímico, a herança genética; e a segunda, psicológica, é regida por códigos culturais transmitidos no convívio pessoal, a herança de caracteres adquiridos.

A pesquisa investiga a possibilidade da opressão interior não ser fruto direto e inevitável do processo civilizatório, e sim um fruto indireto da transmissão dos caracteres adquiridos, isto é, do processo de aculturação, que alguns preferem chamar de humanização, e que é necessariamente individual. Neste caso, a opressão interior seria uma decorrência indireta da conjugação da herança genética com o desenvolvimento do sistema nervoso central, da linguagem e da consciência, no bojo da ontogênese. É também essa conjugação que engendra a dinâmica mental característica da nossa espécie, a psicodinâmica de cada pessoa.

O estudo sobre a organização do funcionamento mental que origina a opressão interior, o funcionamento mental superegóico, nos aproximará um pouco mais da interação entre as duas naturezas humanas, a biológica e a cultural, e verificar se o conflito entre ambas é inevitável. Em caso negativo, quais seriam os elementos relacionais e psicodinâmicos envolvidos na produção deste tipo de conflito. Tal elucidação poderá trazer ampliações para a atividade terapêutica a partir da compreensão de um número significativo de afecções que afetam a humanidade e que apresentam os coloridos obsessivo e depressivo.

Como já dito, a opressão interior é uma condição existencial e um estado mental dos mais comuns, embora varie muito na intensidade e no grau de consciência que o oprimido tem da própria condição. Fui levado a essa constatação em minhas atividades clínica e educacional, lidando com pessoas oprimidas por vozes interiores e exteriores que dirigem seus pensamentos e ações; pessoas oprimidas pela falta de sentido da vida que levam; pessoas oprimidas pelo cotidiano, cujas atividades são vividas como obrigações que a pessoa quer se livrar para poder fazer aquilo que tem vontade, sempre ansiando por esse momento que, aliás, nunca chega; pessoas confinadas em vidas regradas e sem sabor, oprimidas por um funcionamento mental fundamentalmente crítico e depreciativo; profissionais oprimidos pelo próprio trabalho, que lenta e insidiosamente se transformou em uma rotina protocolar maçante, sem nenhuma realização pessoal; psicólogos e psicanalistas oprimidos por modelos teóricos e protocolos técnicos que mal sustentam uma precária competência profissional, mas servem de sustento para frágeis identidades profissionais.

Também se incluem nesta lista as pessoas que vivem em um constante estado de alerta, nem sempre apenas mental, oprimidas pelo medo, temendo tragédias, castigos e doenças, atormentadas por ansiedades e culpas, sempre preocupadas em fazer o correto e a todo momento refletindo se assim agiram em cada situação, e as que vivem oprimidas pelo fracasso, conjugal, profissional ou pessoal, ocorrido no passado ou a acontecer no futuro. Há aqueles oprimidos por uma revolta interior contra tudo e todos, que não conseguem se inserir em nenhum nicho social e/ou cultural e que acabam encontrando na marginalidade formas de expressão para a destrutividade interior que os oprime.

Finalmente, os oprimidos pelo futuro, que não conseguem sair da cama pela manhã porque preferem ficar imaginando a vida que gostariam de viver, mas que não conseguem se decidir a tentar vivê-la por temer se decepcionar com a vida ou consigo próprios, e também aqueles que não se sentem interiormente oprimidos, mas estão sempre se relacionando ou buscando opressores, seja no casamento, no trabalho, na família ou em ideologias opressoras.

Por outro lado, a observação clínica revela a existência de um fenômeno cotidiano, geral, não opressivo e não necessariamente psicopatológico: toda vez que uma pessoa, estando só, se encontra ou se percebe diante de um fato ou situação para a qual ela própria não está ou não se sente preparada, automaticamente ela recorre a figuras do

próprio passado ou a alguma entidade sobrenatural ou, ainda, a algum ser criado pela própria imaginação. Este recurso, “pedido de ajuda interior”, ocorre quando inexistente a possibilidade de ser feito objetivamente a alguém presente na situação. Portanto, o que caracteriza o pedido de ajuda interior é ser feito em pensamento a alguém ausente, isto é, subjetivamente a alguma figura, historicamente significativa para a pessoa, do presente ou do passado, recente ou remoto, a uma entidade sobrenatural ou a algum ser imaginário. Este recurso pode se dar de maneira consciente ou inconsciente e, com certa frequência, a pessoa acaba não se sentindo bem ou estranhando a própria ação ou atitude a que foi levada, como se não fosse exatamente o tipo de ação ou de atitude que ela normalmente tomaria.

A opressão interior e esse tipo de pedido de ajuda apontam para a existência de uma alteridade na interioridade de cada pessoa, fundamental na psicodinâmica individual, e cuja gênese, ainda não plenamente entendida, faz parte da ontogênese individual e parece estar relacionada com a transmissão dos caracteres adquiridos, isto é, com o processo de humanização, e com o desenvolvimento da autonomia pessoal.

Esse estudo faz parte da investigação psicanalítica sobre alguns fenômenos psicodinâmicos que iniciei há vários anos, cuja primeira parte foi publicada em 1999 e ampliada em uma segunda edição em 2010 (Tenenbaum, 1999; 2010). Na etapa inicial, o objeto da pesquisa foi a desorganização mental decorrente da invasão do ego pelo id, caminho que leva às psicoses funcionais esquizofreniformes. A condição básica para a ocorrência desse tipo de desorganização mental, apontada pela pesquisa, é o grau de funcionalidade do ego, o que levou a estudos sobre os elementos psicodinâmicos que costumam interferir no grau de funcionalidade dessa instância. Os elementos mais frequentemente encontrados foram: falhas básicas no desenvolvimento psicológico (Balint, 1968), patologias dos vínculos básicos (Tenenbaum, 2009; 2010) e determinadas situações circunstanciais, como doenças orgânicas e experiências traumáticas que sobrepujam a capacidade de elaboração egoica (Tenenbaum, 2010).

Na etapa atual, a pesquisa está voltada para a sobreposição do ego pelo superego, base psicodinâmica das afecções obsessivas e depressivas, psicóticas ou não. A clínica das afecções obsessivas e depressivas por si só justifica um estudo em separado, porém é preciso ressaltar que o objeto dessa etapa é a predominância superegógica no funcionamento mental, suas consequências e tratamento.

Psicopatologicamente, temos observado que sempre que há predomínio superegótico no funcionamento mental experimenta-se o sentimento de opressão interior, cuja consciência varia de acordo com os mecanismos defensivos empregados. O funcionamento mental superegótico se caracteriza, basicamente, pela incessante e predominante busca do ideal, por um determinado, e correspondente sentimento de culpa e pela procrastinação. O sentimento de culpa, nesses casos, não é nem persecutório e nem reparador; é excessivo, ligado a detalhes e não leva a nenhuma modificação pessoal. Ele é um sintoma do fracasso em se alcançar esse ideal, seja por não se ter agido perfeitamente em algum detalhe ou por não se ter alcançado o resultado almejado. Como toda solução de compromisso, essa culpa também é usada para manter e reforçar a busca do ideal. Por outro lado, a procrastinação, nessas pessoas, é um comportamento de evitação, de contenção, da opressão, semelhante ao comportamento moroso e indolente dos servos diante das exigências desmedidas dos senhores.

Como é por meio do superego que se dá a articulação entre o espaço social e a vida mental individual, a transmissão dos caracteres adquiridos, o funcionamento predominantemente superegótico tem repercussões antropológicas, sociológicas e educacionais, além de psicológicas, como as citadas acima.

Apresentarei alguns pontos da pesquisa em curso que considero fundamentais para a compreensão da psicodinâmica predominantemente superegótica e que se relacionam com o tema da alteridade.

• • •

A segunda tópica freudiana (Laplanche & Pontalis, 1976, p. 660-661) trouxe inúmeras vantagens para compreensão do funcionamento mental. No que tange ao tema da alteridade, a introdução do superego redimensionou a barreira de contato entre os sistemas, a censura, e situou as regras sociais e os valores culturais como elementos psicodinâmicos, balizadores da construção do eu. Até então, concebia-se o desenvolvimento humano no choque entre a natureza, a biologia individual, e o eu, tido apenas como o representante da realidade. Com o superego, a realidade passou a ser aquela compartilhada pelos membros de cada cultura ou subcultura (Lorenz, 1978; Tenenbaum, 2017), levando a transmissão cultural e os processos identificatórios para o centro do desenvolvimento humano. Este passou a ser fruto da interação humana e baseado em identificações, que ampliam o ego ou o superego.

Com a instituição do superego, o estudo da alteridade interior ganhou vida própria. “Mal-estar na civilização” (Freud, 1930), “Conferência XXXI” (Freud, 1933) e “Esboço de Psicanálise” (Freud, 1940) discutem, entre outras coisas, as vicissitudes dessa alteridade interior. A última citação de Freud, retirada da peça “Fausto” (Goethe, 2011, parte I, cena 1) e que encerra seu último texto escrito, é emblemática

Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu.<sup>3</sup>

Com ela, Freud nos indicou o caminho (único?) que leva à instituição de um funcionamento mental predominantemente superegótico: ao não se conseguir alcançar o intento de transformar em próprio aquilo que se herda, o processo de legitimação do eu não se completa, a autonomia não se estabelece, e o funcionamento mental se torna predominantemente superegótico, opressivo.

Na superposição do ego pelo superego, é o eu que se sente oprimido. Portanto, a relação ego-superego está implicada no funcionamento e na construção do eu, cuja base é formada pelo sentimento contínuo de ser uma pessoa específica e pelo sentimento de autonomia (Tenenbaum, 1996). É nesse sentido que se pode afirmar que o sentimento de opressão interior é fruto direto da relação entre autonomia e heteronomia.

## 1- Ego e eu

Na concepção inicial de Freud sobre o funcionamento mental, conhecida como a primeira tópica freudiana (Laplanche & Pontalis, 1976, p.656-660) e apresentada nos artigos metapsicológicos,<sup>4</sup> o emprego do pronome alemão “ich” por Freud não trazia nenhuma ambiguidade porque, até então, a mente era concebida como formada por dois sistemas, inconsciente e consciente, funcionando concomitantemente, cada um deles regido pelo respectivo “processo de pensar”, primário e secundário (Freud, 1901; 1915d). Essa concepção em nada contradiz a experiência psicológica cotidiana, na qual o eu não é plenamente consciente; além da vontade consciente, o desejo inconsciente também é uma força motivacional e, se existe um conflito básico, ele se dá entre a natureza (biologia) individual e a realidade.

<sup>3</sup> Was du erbt von deinen vätern hast, erwird es, um es zu besitzen (Goethe, Fausto, parte I, cena 1).

<sup>4</sup> “Instintos e suas vicissitudes” (Freud, 1915b), “Repressão” (Freud, 1915c), “O Inconsciente” (Freud, 1915d), “Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos” (Freud, 1915e), “Luto e Melancolia” (Freud, 1917), todos no vol. XIV das Obras Completas de S. Freud, e “Neuroses de Transferência: uma síntese” (Freud, 1987).



A segunda tópica, com a proposição da existência de três instâncias mentais incorporando os sistemas originais, acabou diferenciando a experiência mental da existencial. Ao manter o pronome “ich” para designar a ambas, Freud criou uma ambiguidade teórica já anteriormente apontada por Laplanche e Pontalis (1976, p. 171-189).

A iniciativa de James Strachey, responsável pela tradução para o inglês das obras completas de Freud, de substituir o pronome alemão pelo grego “ego” por influência de Ernest Jones, membro do seletto grupo de psicanalistas próximos a Freud e incumbido de introduzir a Psicanálise na Inglaterra, fez parte da intenção de modificar o tom coloquial dos escritos de Freud, imprimindo um estilo mais científico, mais palatável para o “establishment” médico inglês (Hanns, 1996, p. 22, nota de rodapé). A definição do ego-instância mental feita por Freud em “O ego e o id” (Freud, 1923) também foi um passo importante para dissipar essa ambiguidade. Infelizmente, vários autores, a partir de J. Lacan reintroduziram a ambiguidade.

Não há como se negar que a experiência existencial é diferente da experiência mental. E, para o nosso estudo, é fundamental se ter clareza sobre a diferença entre a experiência existencial, do eu, e a experiência mental, do ego, do id e do superego. Pensamentos, sentimentos e valores em sintonia com a pessoa; pensamentos, sentimentos e valores, parcial ou totalmente estranhos à pessoa; lapsos, sonhos, devaneios, atos falhos, sintomas são qualitativamente diferentes de experiências vividas, ações realizadas, sucessos, fracassos etc. e as respectivas consequências para a vida da pessoa.

Na vida cotidiana, essa diferença se expressa, por exemplo, na experiência de estranheza decorrente da invasão de elementos inconscientes na consciência estudada por Freud (1919). A psicopatologia nos fornece outro exemplo nos quadros clínicos que se caracterizam exatamente pelo isolamento destas duas experiências e pelo predomínio da experiência mental sobre a existencial. As pessoas em que essa inversão ocorre em grau elevado passam a vida conjecturando sobre seus problemas, com ou sem ajuda psicoterapêutica, sem conseguirem se sentir vivendo. Vivem oprimidas por esses pensamentos, muitas vezes sentidos como estranhos. Este parece ter sido o caso, por exemplo, de Serguéi Constantinovitch Pankejeff, o “Homem dos Lobos”, entrevistado pela jornalista Karin Obholzer (1993). Ele fez psicanálise por sessenta anos sem que isso modificasse minimamente o modo de ser e a inserção dele na vida.

## 2- Alteridade, ego e superego, eu e identidades

A alteridade está presente na teoria psicanalítica desde o início sob a designação “objeto”, uma noção com múltiplos usos na Psicanálise: objeto da pulsão (total ou parcial); objeto da relação (anacrítico, narcísico, de amor, de ódio, bom ou mau e transicional) e objeto interno.

A alteridade interior não é nenhuma novidade para os psicanalistas e vem sendo estudada há bastante tempo. Na verdade, esse estudo começou com a dissecação do papel das identificações na vida mental realizada por Freud, e que passou por “Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância” (Freud, 1910), “Totem e Tabu” (Freud, 1913), “Sobre o narcisismo: uma introdução” (Freud, 1915a), “Luto e melancolia” (Freud, 1917), “O estranho” (Freud, 1919), “Psicologia de grupo e a análise do ego” (Freud, 1921), até desembocar no texto “O ego e o id” (Freud, 1923), no qual foi apresentada a ampliação teórica já citada, a “teoria estrutural da mente” (Laplanche & Pontalis, 1976), que instituiu as três instâncias mentais: id, a alteridade filogenética; o superego, a alteridade cultural introjetada, e o ego, a estrutura mental que articula as reivindicações do id com os imperativos do superego e com as exigências da realidade, fundamental nos processos adaptativos e de interação ambiental.

Por razões cuja discussão não cabe nesse espaço, o estudo da alteridade interior sofreu uma digressão a partir da noção de sujeito do inconsciente (Kaufmann, 1996, p.196, 266, 270; Roudinesco e Plon, 1998, p. 742) e um desdobramento com a noção de objeto interno (Moore & Fine, 1992).

Ao investigar o que poderia existir de tão fundamental ao ser humano a ponto de, na luta pela preservação deste bem, às vezes se abrir mão da própria sobrevivência, encontrei como resposta o conjunto de valores que sustentam e balizam as representações do si mesmo, o eu (Tenenbaum, 1992). No percurso, me vi obrigado a estudar a relação entre o eu, os objetos (a alteridade exterior) e a identidade (Tenenbaum, 1996) e concluí que

Devemos considerar que a identidade não é uma experiência uniforme, e sim relacionada com uma série de sistemas de representações que, embora articulados, são distintos entre si, cada um destes sistemas corresponde a um dos modos pelos quais o sujeito atrela-se ao universo cultural. Como exemplos destes sistemas de representações pode-se citar a identidade racial, a étnica, a religiosa, a profissional, a de classe, a política etc., cada um com suas próprias regras sociais e valores culturais que orientam o sujeito no cumprimento e julgamento do seu desempenho identificatório (representação de si mesmo relacionada com cada sistema identificatório). As possíveis (inevitáveis?) incompatibilidades dentro de cada sistema ou entre diferentes sistemas é que geram os conflitos

identificatórios (nos quais o indivíduo não consegue cumprir ou realizar as exigências da norma identificatória) e geralmente expressos pelo sentimento de estar fora da norma, fora do normal ou anormal (Costa, 1987) acompanhado pelo sentimento de culpa correspondente.

Por outro lado, para ser possível a articulação de sistemas de representações como descrevi, é necessário a ideia de que o eu é um sistema vazio de conteúdo, enquanto que os sistemas identificatórios - as identidades ou representações do si mesmo - são saturados. Assim, podemos começar a entender como que certos aspectos identificadores podem prevalecer em alguns indivíduos em determinadas épocas; em outras épocas, em outros indivíduos, outros aspectos. Um exemplo disso é a prevalência da identidade social decorrente do trabalho nas classes sociais mais baixas (Costa, 1987). Outro exemplo pode ser visto na peculiar prevalência que a identidade religiosa dada pelo judaísmo tem nos judeus, a ponto de ser comum um sentimento essencial de identidade judaica. O papel também essencial que uma ideologia (configuração individual ou grupal de ideias e valores) pode ter para certos indivíduos é mais um exemplo. Um autor não psicanalítico, Ariès (1978), estuda justamente as alterações que determinados padrões de identidade vem sofrendo ao longo dos tempos na própria cultura ocidental.

Portanto, identidade não é algo único, mas sim uma configuração mais ou menos estabilizada de sistemas identificatórios em processo dinâmico, cuja tentativa de articulação/totalização dos diferentes sistemas de representações do si mesmo é que dá, a cada momento, a noção de eu. O máximo que se consegue é sempre um indicativo do que se é em cada momento, daí poder-se dizer que o homem é sendo, e isso é confirmado pelas várias experiências humanas nas quais a pessoa sente ou percebe que algo nela se modificou sem, no entanto, alterar o sentimento básico de ser a mesma pessoa. Por outro lado, quanto mais grave é a doença mental, mais alterado está este sentimento. Finalizando, talvez o senso perdurável de unidade através do tempo seja obtido apenas sentindo-se ser em cada momento.

O superego seria o conjunto de representações mentais oriundas dos processos identificatórios inerentes às relações humanas que sustentam as identidades acima citadas e cuja dinâmica, que pode ser egossintônica ou egodistônica, é mais facilmente entendida com a noção de objetos internos. O ego seria o sistema virtual que operacionaliza o funcionamento integrado dos diversos sistemas (mnêmicos, volitivos, identificatórios, sensoriais, perceptivos, cognitivos, afetivos etc.) e programas mentais (de aproximação da realidade e de interação ambiental em seus diferentes níveis de relacionamento: íntimo, pessoal e social), tornando possível a transformação dos fatos vividos (sejam impulsos, desejos, situações reais, situações imaginadas e etc.) em experiências existenciais (Tenenbaum, 1999; 2010). Dessa forma, o funcionamento mental se daria com apenas dois sistemas: o id e o ego; os objetos internos sofreriam as mesmas vicissitudes dos demais elementos do id.

### 3- Alteridade interior e tratamento psicanalítico

Para finalizar, o último ponto deixado em aberto pela teoria estrutural, e diretamente relacionado com os itens anteriores, diz respeito aos objetivos terapêuticos da Psicanálise. Em sua última citação, lembrada acima, Freud sinalizou que a saúde mental estaria relacionada com o processo de transformação do superego em ego e, conseqüentemente, com a transformação da moral sociocultural em ética pessoal (Tenenbaum, 1995).

Nesse sentido, o tratamento não deveria se limitar a “que seja ego onde era id” e incluir “que seja ego onde era superego” para que o eu e o respectivo sentimento de autonomia alcancem a plenitude existencial possível a cada pessoa.

Essa nova proposta terapêutica apresenta algumas questões, principalmente se levarmos em consideração que praticamente todas as recomendações técnicas datam da época em que o tratamento se limitava a ampliar o ego a partir da revelação do material inconsciente e da reformulação defensiva, concepções relacionadas com a “primeira tópica”.

No momento vou apontar três dessas questões que pretendo responder ao final da pesquisa:

- a) O tratamento psicanalítico adquire conotações existencialistas com essa ampliação?
- b) A interpretação e a elaboração, instrumentos psicanalíticos por excelência para a proposta “que seja ego onde era id”, são igualmente suficientes para a nova proposta terapêutica? Em caso negativo, qual ou quais seriam os instrumentos também necessários?
- c) Sabemos que o objetivo terapêutico anterior (“que seja ego onde era id”) apresenta o risco de enfraquecimento do ego diante do id ocasionando atuações (“acting out”) e mesmo a desorganização mental (Tenenbaum, 1999; 2010). Nesse novo objetivo, o risco do tratamento psicanalítico seria induzir a superposição do ego pelo superego e engendrar um funcionamento mental moralista, portanto, opressor?

#### Abstract

The author presents some relevant points of an ongoing research about the mental functioning that engenders the inner oppression and have relation with the subject otherness.

These research is part of the psychoanalytical investigation of the psychotic phenomenon that was initiated in 1999 (Tenenbaum, 1999) and expanded in 2010 (Tenenbaum, 2010). At the current stage, the research is focused on the ego’s overlap by the superego, psychodynamic base of the depressive disorders, psychotic or not.

The clinic of the depressive disorders by itself justifies a separately study, but I want to point out here the relevance of the ego's overlap by the superego because it is via superego that the articulation between the social space and the individual mental life, the transmission of the acquired characters, occurs and the inner oppression establishes.

The transmission of the acquired characters, the cultural heritage, is of interest to Anthropology, Sociology, Psychoanalysis and Education

#### Keywords

Otherness, oppression, superego.

#### Bibliografia

Ariès, P. (1978) História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara.

Balint, M. (1968) The basic fault. London: Tavistock.

Costa, J. F. (1987) A Consciência da doença enquanto consciência do sintoma: A doença dos nervos e a identidade psicológica. In Cadernos do I.M.S.-U.E.R.J., vol. 1, nº 1.

Dumont, L. (2008) Homo hierarchicus. O sistema das castas e suas implicações. São Paulo. Edusp.

Durkheim, É. (1970) Sociologia e filosofia. São Paulo: Forense.

Ferreira, A. B.H. (1986) Novo dicionário da língua portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

Freud, S. (1972) A interpretação dos sonhos. In Freud, S. (1901) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. V, p. 626-647. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1970) Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. In Freud, S. (1910) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XI, p.53-124. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1913) Totem e tabu. In Freud, S. (1974) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIII, p.13-194. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915a) Sobre o narcisismo. Uma introdução. In Freud, S. (1974) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV, p.85-119. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915b) Instintos e suas vicissitudes. In Freud, S. (1974) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV, p.129-162. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915c) Repressão. In Freud, S. (1974) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV, p.165-182. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915d) O inconsciente. In Freud, S. (1974) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV, p.185-245. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915e) Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In Freud, S. (1974) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV, p.247-267. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1917) Luto e melancolia. In Freud, S. (1976) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV, p.269-294. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1919) O estranho. In Freud, S. (1976) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVII, p.271-318. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1921) Psicologia de grupo e a análise do ego. Freud, S. (1976) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVIII, p.87-179. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1923) O ego e o id. In Freud, S. (1976) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIX, p.11-83. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1930) Mal-estar na civilização. In Freud, S. (2006) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXI, p. 67-148. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1933) Conferência introdutória XXXI. In Freud, S. (1976) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXII, p.75-102. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1940) Esboço de Psicanálise. In Freud, S. (1975) Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXIII, p.163-237. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1987) Neuroses de transferência. Uma síntese. Rio de Janeiro: Imago.

Goethe, J.W. (2011) Fausto. São Paulo, Scipione.

Hanns, L. (1996) Dicionário comentado do alemão de Freud. Rio de Janeiro: Imago.

Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia (2003) Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos. Rio de Janeiro: Objetiva.

Kaufmann, P. (ed.) (1996) Dicionário enciclopédico de psicanálise. O legado de Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Zahar.

Lalande, A. (1993) Vocabulário técnico e crítico da filosofia. São Paulo: Martins Fontes.

Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1976) Vocabulário da Psicanálise. 3ª ed. Lisboa: Moraes.

Lorenz, K. (1973) A agressão. Uma história natural do mal. Lisboa: Moraes.

Lorenz, K. (1978) Behind the mirror. A search for a natural history of human knowledge. New York: Harvest/HBJ.

Moore, B. E. & Fine, B.D. (1992) Termos e conceitos psicanalíticos. Porto Alegre: Artes Médicas.

Obholzer, K. (1993) Conversas com o Homem dos Lobos. Uma psicanálise e suas consequências. Rio de Janeiro: Zahar.

Roudinesco, E; Plon, M. (1998) Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.

Storr, A. (1976) A agressão humana, 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar.

Tenenbaum, D. (1992) Pulsão de Morte - Dr. Freud, um antropólogo? In Revista de Psicanálise do Rio de Janeiro, vol. 2, n.1.

Tenenbaum, D. (1995) Criando Monstros. In Revista Ide, nº 26, p.88-91.

Tenenbaum, D. (1996) O Eu, os Objetos e a Identidade. In Revista Brasileira de Psicanálise, vol. 30, nº 3.

Tenenbaum, D. (1999) Investigando psicanaliticamente as psicoses, 1ª edição. Rio de Janeiro: Sette Letras.

Tenenbaum, D. (2009) Introdução às Patologias do Vínculo. In: XXII Congresso Brasileiro de Psicanálise. Rio de Janeiro.

Tenenbaum, D. (2010) Investigando psicanaliticamente as psicoses, 2ª edição. Rio de Janeiro: Rubio.

Tenenbaum, D. (2017) As principais tensões psicológicas presentes na prática assistencial hospitalar. Curitiba: Appris.